

O CAMPO DA DISCÓRDIA

Matéria exclusiva do **Jornal da AdUFRJ** revela que campo de futebol da Praia Vermelha, ponto central do projeto de revitalização da área do Canecão, abriga relação privada com clube controlado por empresário investigado por vários crimes



PAUTA DO CONSUNI DESTA QUINTA-FEIRA (17), o projeto de revitalização da área do Canecão acaba de ganhar mais um ingrediente em seu já robusto itinerário de polêmicas. O único projeto de extensão que atua no campo de futebol da Praia Vermelha tem parceria com o Clube Atlético Barra da Tijuca, cuja “sede” é uma sala comercial no bairro da Zona Oeste. Um professor e um funcionário da Escola de Educação Física e Desportos — este o responsável pelo projeto de extensão — têm ligações com o clube, cujo presidente é Adilson Oliveira Coutinho Filho, o Adilzinho, acusado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro de comandar uma máfia de venda de cigarros, entre outros crimes. O **Jornal da AdUFRJ** ouviu todos os envolvidos nessa história e traz suas versões. Se é apontado por muitos de seus críticos como uma porta aberta à privatização de espaços públicos, o projeto de revitalização do Canecão já tem agora um exemplo de privatização “dentro de casa”. **Páginas 4 e 5**



AVALIAÇÃO TÉCNICA

SELETIVAS SUB-20/17/15

25/07 - ATLETAS NASCIDOS EM 2003/04
26/07 - ATLETAS NASCIDOS EM 2007/08
27/07 - ATLETAS NASCIDOS EM 2005/06
14:00 HORAS

UNIFORME: AV. CARLOS CHAGAS FILHO, 540 - CIDADE UNIVERSITÁRIA
UFRJ (ILHA DO FUNDÃO)
PONTO DE REFERÊNCIA: ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

INFORMAÇÕES
21 99556-8631

@BARRADATIJUCA.FUTEBOLBASE.RJ

INSCRIÇÃO GRATUITA






Clube privado da Barra usa área pública da universidade

> Professor da Educação Física é sócio da instituição com sede na Barra. O outro sócio é um empresário com problemas na Justiça. Técnico da UFRJ é dirigente de base do clube e assina projeto de extensão

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

O campo de futebol da Escola de Educação Física e Desportos está no centro da polêmica do projeto de revitalização da Praia Vermelha. No espaço acontece apenas o projeto de extensão “Nova Geração Carioca: futebol como veículo de transformação social”, que atende aproximadamente 120 meninos de baixa renda de várias regiões periféricas do Rio de Janeiro.

O projeto existe em parceria com o Clube Atlético Barra da Tijuca, entidade privada que funciona numa sala comercial de um edifício de alto padrão na Barra. A reportagem da AdUFRJ esteve seguidas vezes no endereço ao longo de duas semanas e não conseguiu encontrar a sala em funcionamento.

Os donos do clube de futebol são o professor da Educação Física Luis Antonio Verdini de Carvalho, com 1% de participação na sociedade, e Adilson Oliveira Coutinho Filho, que é sócio-administrador, detentor do restante da cota societária. Verdini é docente da Educação Física desde 1996. Professor 20 horas, está cedido para o governo Bolsonaro. Em Brasília, ele atua na Secretaria Nacional de Futebol com o programa “Academia e Futebol”, que tem a participação de 39 universidades públicas de todo o Brasil.

Já o sócio majoritário é conhecido como Adilzinho e passou mais de um ano foragido da Justiça ao ser acusado, no ano passado, de chefiar uma quadrilha envolvida com contrabando de cigarros na Baixada Fluminense. Desde



2009, ele tem assuntos com a Justiça. Naquele ano, foi acusado de envolvimento com a máfia dos caça-níqueis e com o jogo do bicho. Em 2011, numa outra investigação, a Polícia Civil apreendeu R\$ 4,6 milhões escondidos em sua casa. O dinheiro foi creditado como fruto de contravenção, mas, em 2017, um despacho da Justiça determinou a devolução do valor ao afirmar que Adilzinho havia conseguido comprovar a origem do montante.

A coordenação do projeto de extensão é do técnico desportivo da Educação Física, Ernani da Silva Thomaz. O servidor também é apresentado em publicações nas redes sociais do clube como técnico das categorias de base.

Presidente da AdUFRJ, o professor João Torres critica a for-

ma de utilização do campo de futebol da Praia Vermelha e a falta de transparência com que o tema é tratado. “Parece um uso privado de um espaço público. Por que este clube e não outro?”, questiona o dirigente. Ele também critica a atuação dos movimentos que condenam o projeto da reitoria. “Por que quem luta contra a privatização do campo não menciona o clube privado? Parece um paradoxo dos movimentos na UFRJ: lutam contra a privatização dos espaços públicos, mas ocultam a utilização privada desses mesmos espaços”.

Diretora da Educação Física, a professora Katya Gualter demonstrou surpresa quando perguntada sobre a utilização do campo da Praia Vermelha

pelo Barra da Tijuca. Num primeiro momento, disse desconhecer a utilização pelo clube. Depois, alegou que o nome do clube figura nos documentos do projeto de extensão e explicou que se trata de uma parceria e não de uso privado. A docente critica o projeto da reitoria e diz que a Escola de Educação Física não foi ouvida (leia mais no boxe abaixo).

Katya Gualter também disse não saber quem o professor Verdini é um dos proprietários do clube. “Eu desconheço os detalhes sobre o clube e seus sócios. Eu nem sabia que ele era sócio, mas não vejo problema, pois ele não é de dedicação exclusiva e não tem nenhuma ligação com o projeto de extensão do Ernani”.

O professor Luis Antonio Verdini de Carvalho, sócio minoritário do clube, informou que partiu dele o convite para a parceria com o projeto de extensão. “Eu já conhecia o projeto, via a luta do Ernani para manter o funcionamento e o grupo coeso e então propus a parceria. A nossa maneira de ajudar é fazendo com que os meninos participem das competições”.

Sobre o sócio com pendências judiciais, o docente afirmou que ele não está mais foragido e que não há ingerência de Adilzinho no time. “Eu trabalhei na Arábia Saudita. O rei era acusado de vários crimes, mas nunca interferiu no trabalho do clube. Até que se prove o contrário, todos são inocentes perante a lei”.

ABANDONO

O servidor Ernani Thomaz contou à reportagem que o abandono do campo de futebol foi o que o incentivou a criar o projeto de extensão. “O campo estava abandonado. Meu projeto é

o único que ocupa o campo. Todos os outros acontecem no entorno”.

O servidor também nega que tenha vinculação com o clube. “Minha vinculação é com a UFRJ. O que o clube faz é emprestar a marca para que nosso projeto de extensão possa disputar campeonatos. Pela federação eu consigo, por exemplo, 20 bolas novas com as quais eu treino os meninos ao longo de todo o ano”, justifica. “A UFRJ não me dá condições de manter um projeto como esse sem parceria”.

Perguntado sobre o uso privado, Ernani discorda. “O método de treinamento é nosso, os professores são nossos estudantes de graduação e pós e os atletas são nossos. Eles só emprestam a marca”, diz. “Nosso trabalho é incentivar os meninos a ter outra perspectiva de futuro. Ao mesmo tempo, treinar nossos alunos a serem treinadores, preparados técnicos, a compreenderem como acontecem os torneios”.

OMISSÃO

A reportagem também procurou a reitora Denise Pires de Carvalho. Perguntada sobre a omissão da administração central da UFRJ em relação a essa parceria com um clube privado, a dirigente afirmou que “cabe às direções de unidade controlar os protocolos que devem ser assegurados pelos entes públicos”. “Toda e qualquer atividade realizada em parceria entre a UFRJ e uma entidade privada precisa passar pela aprovação da Congregação da unidade, pelo Conselho de Coordenação de Centro, pelo Conselho Superior de Coordenação Executiva e pela nossa Procuradoria”, afirma. “Não se pode atuar numa relação amadora, à margem da institucionalidade”.

CAMPINHO

somos liderança estudantil, nem dos técnico-administrativos. Eu represento minha comunidade, levo adiante as decisões da congregação da minha unidade. O que houve foi uma convergência de discordâncias sobre o processo que está sendo discutido”. A docente também considera que o debate acontece sem dar tempo para que toda a comunidade acadêmica possa entender o projeto. “Muitos alunos sequer conhecem o que querem fazer no campus. É péssimo para a universidade tomar decisões atropeladas. Não queremos gerar cisões. A reitoria deveria ter pensado nisso ao conduzir o processo dessa maneira”.

“FOMOS DESCONSIDERADOS”

Diretora da Educação Física, a professora Katya Gualter afirma que a reitoria não procurou a unidade para falar sobre o uso do campo de futebol. “A administração central jamais procurou a Escola para dialogar. Chamou a direção da EEFD por conta das graduações e do programa de pós-graduação em Dança, depois de demonstrarmos toda nossa indignação, para opinar sobre um espaço no equipamento cultural, que já estava pré-definido”, afirma. A docente critica a condução do processo. “Foi muito equivocada, desrespeitosa. A Educação Física foi desconsiderada em



seus 83 anos de história. Há um desmerecimento da Educação Física e da Dança como áreas de conhecimento e espaços de pesquisa. Isso é preconceito. Lamento que não possamos

divergir, pensar juntos, em um espaço de interação dialógica”. Sobre as críticas de que estaria agindo num movimento que pode rachar a universidade, a diretora se defende. “Não



‘NOVO CANECÃO’ SERÁ MULTIUSO

ESPAÇO PODERÁ COMPORTAR SHOWS, PEÇAS, ÓPERAS, CONCERTOS E EXPOSIÇÕES

Demolir as ruínas do Canecão e os muros próximos e, no lugar, abrir uma praça e instalar um equipamento cultural mul-

tiuso sofisticado. A proposta da reitoria, apresentada em agosto ao Conselho Universitário, modifica completamente

a atual paisagem do campus da UFRJ na Zona Sul da cidade. O local terá espaço para 1.786 lugares na modalidade “teatro”, e

3.829 no formato “show”. Neste caso, os espectadores da plateia principal, localizada no térreo, permanecem em pé. A universidade teria direito ao uso do palco principal por 50 dias no ano. A área também deverá possuir um espaço cultural flexível denominado Espaço Ziraldo, concebido com o objetivo de suprir demandas artísticas e culturais (música, dança, exposições) de produção da UFRJ ou compartilhadas, especialmente as de caráter acadêmico. Além disso, viabilizará a preservação e observação pública do fragmento restante da obra “Santa Ceia” do artista homenageado. Hoje, o painel sofre deterioração no interior do Canecão.

CONTRAPARTIDAS

A gestão da nova casa de shows será privada, em uma concessão por 30 anos. Em contrapartida, quem adquirir o direito de gerir o espaço multiuso deverá investir na construção de um bandeirão, com capacidade para 2,5 mil refeições por dia, e um prédio de 8 mil m², com até 80 salas de aula. O restaurante deverá ficar nas imediações da nova casa de shows. Já para o prédio de aulas, há duas possibilidades: a primeira seria construí-lo no

centro do campus. O problema é que no local hoje existem o atual aulário de contêineres, o anexo do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, a garagem e o antigo prédio da Associação Latino-Americana de Física. Todos precisariam ser demolidos, o que desalojaria unidades como a Biblioteca do CFCH e o NEPP-DH. Outra alternativa discutida é utilizar a área do antigo bingo para a construção do prédio. O “Novo Canecão” deverá ter 20 metros de altura desde a base do solo para comportar óperas ou concertos, o que repercutiu no gabarito da região, que antes limitava as edificações a 20 metros de altura a partir da lâmina d’água, que está a cerca de dois metros abaixo do nível do terreno.

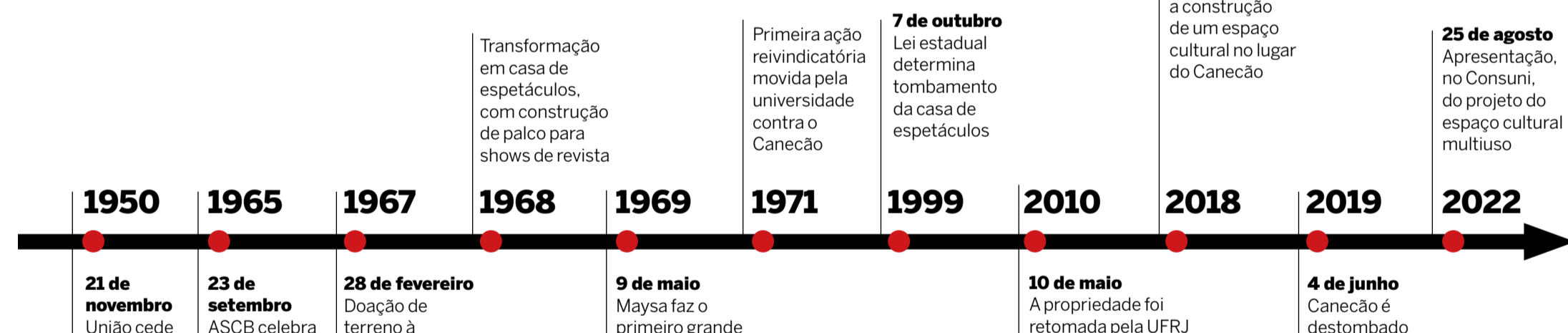
HISTÓRICO

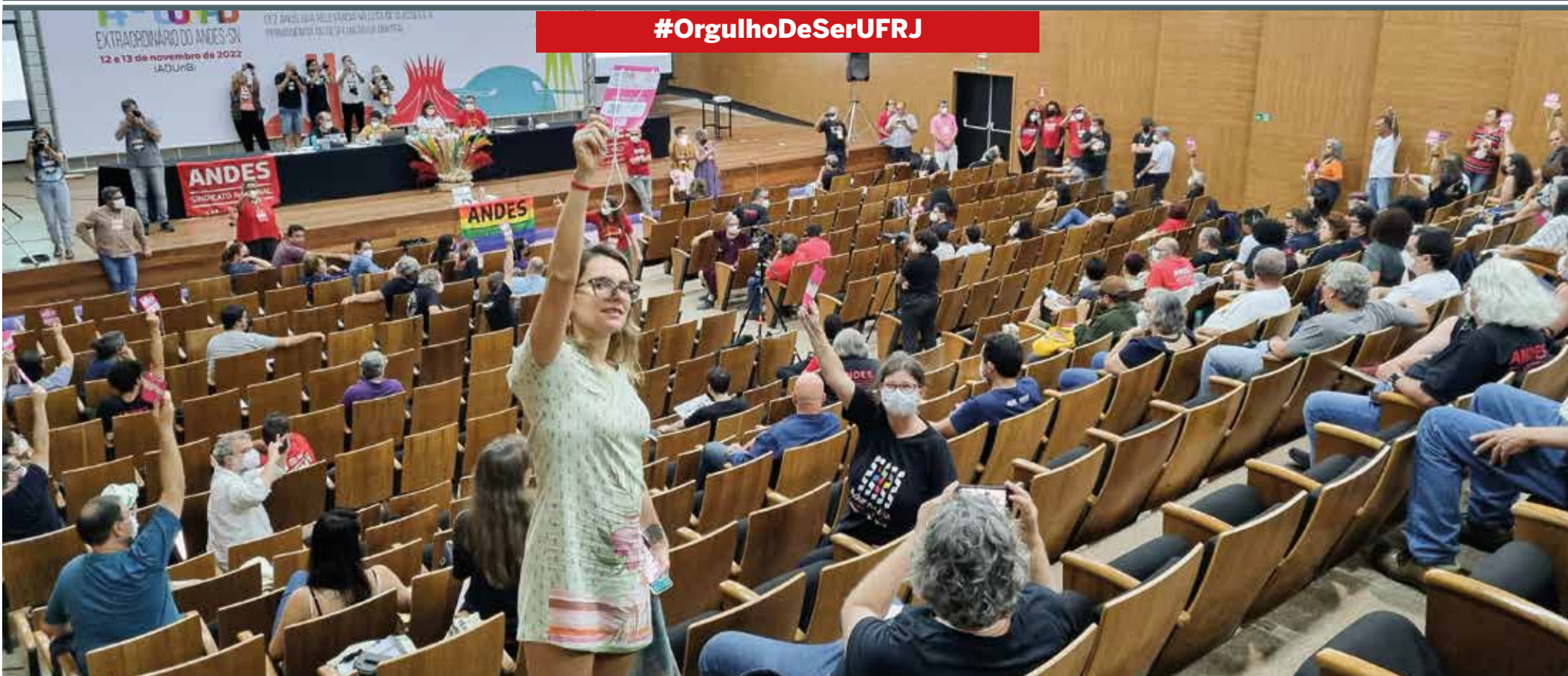
O projeto de valorização do patrimônio da UFRJ nasceu em 2018, ainda na gestão do professor Roberto Leher, mas foi bastante modificado pela atual administração da universidade. A Praia Vermelha não entra mais como um ativo. Também foram retirados todos os onze terrenos do Fundão que seriam destinados à iniciativa privada e não há hipótese de demolição do Instituto de Psiquiatria.

LINHA DO TEMPO:

Universidade enfrentou disputa judicial de 40 anos para retomar terreno onde fica o Canecão. Mas, passados 12 anos da reintegração, o imóvel está em ruínas (como mostram as fotos abaixo).

Apresentação do projeto Viva UFRJ, que prevê como uma das contrapartidas a construção de um espaço cultural no lugar do Canecão





MAYRA GOULART foi uma das delegadas ao Conad que decidiu pela desfiliação do Andes da CSP-Conlutas, central que sofreu duras críticas, como as da professora Elisa Guaraná (foto abaixo)

Conad aprova desfiliação do Andes da CSP-Conlutas

> Proposta será levada ao Congresso do sindicato nacional, em fevereiro, para deliberação final. Principais críticas à central sindical são sectarismo e falta de articulação com a sociedade civil

LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

Com 37 votos favoráveis, 22 contrários e cinco abstenções, o 14º Conad Extraordinário do Andes — reunido em Brasília nos dias 12 e 13 de novembro — aprovou a proposta de desfiliação da entidade da central sindical CSP-Conlutas. A proposta será debatida e terá deliberação final no 41º Congresso do sindicato nacional, em Rio Branco (AC), entre os dias 6 e 10 de fevereiro.

As principais críticas dos favoráveis à saída da CSP-Conlutas tratam do sectarismo da frente sindical e da sua posição diante do golpe contra a presidente Dilma Rousseff em 2016 (quando a CSP defendeu o “fora, todos”), a negativa em apoiar a candidatura de Fernando Haddad contra Jair Bolsonaro, nas eleições presidenciais de 2018, e até mesmo uma defesa da prisão de Lula, também em 2018, feita por um representante da frente à época.

“O Conad veio em um momento muito importante, porque estamos nessa discussão desde 2016, quando ficou claro o posicionamento da CSP-Conlutas. Hoje eles estão na mesma posição. Não conseguimos entender as pautas que temos como professores e como classe trabalhadora”, avaliou a professora Elisa Guaraná, presidente da Adur-RJ, a associação dos docentes da Rural do Rio, e integrante do Renova Andes, grupo de oposição à atual diretoria do sindicato nacional.

Para Elisa, a decisão tomada no Conad é também histórica,

mesmo que ainda tenha que ser referendada pelo Congresso do Andes. “Chegamos aqui, em um momento pós-eleição do Lula, colocando a importância de a gente continuar muito mobilizada e organizado. É exatamente por isso que esse tema é tão central. Precisamos conseguir efetivamente nos articular com o Fórum Nacional Popular de Educação e com tantas organizações e entidades das quais nos afastamos por conta de um sectarismo da linha estreita que governa o nosso sindicato”, explicou.

O Renova Andes foi um dos grupos que apresentou um texto de resolução sustentando a saída da CSP-Conlutas, mas não foi o único. Outros quatro textos propunham a saída imediata da CSP, como no caso dos TRs apresentados pela Asduerj e por professores da Unidade Clássica, corrente sindical ligada ao PCB. O Sindoif, seção sindical do IFRS, também apresentou um texto no mesmo sentido.

A própria diretoria do Andes apresentou um texto em que faz o balanço da atuação da CSP-Conlutas nos últimos dez anos, conforme deliberado no 39º Congresso, e com a indicação de desfiliação para o 41º Congresso. O TR tem trechos em que critica o posicionamento da central. “Sucessivos erros de avaliação da conjuntura nacional marcaram indelevelmente a central, levando-a a uma posição de isolamento político e sindical. A central não teve capacidade de rever seus erros e aprofundou um discurso ‘esquerdista’ que de fato levava água para o moinho dos setores direitistas”, diz o texto, além de apontar que a CSP não consegue mais “agre-

gar setores do bloco proletário e popular nas lutas concretas em curso”.

Os rumores de que a diretoria do sindicato estava dividida diante do tema circulavam pelo Conad e eram mencionados em falas durante o debate, o que gerou uma resposta da diretora Rosineide Freitas, 2ª vice-presidente da Regional Rio de Janeiro. “Nós tivemos responsabilidade, colocamos a realidade dos estados, pensamos o acumulado de outras diretorias com relação ao balanço e enfrentamos de forma fraterna, mas não menos complexa, este debate. Mas no que nos detemos, e foi muito central, foi no nosso texto de balanço”, disse a diretora.

CRÍTICAS AO MÉTODO

Em sua fala, a professora Mayra Goulart, vice-presidente da AdUFRJ, criticou o método de discussão do Conad. “Eu me dirijo a um plenário cansado de uma manhã inteira já depois de um dia inteiro de deliberação, e o método de deliberação tem como resultado a exclusão. Deliberamos de uma maneira que exclui qualquer professor que está fora desse ambiente sindical, qualquer professor que não tem disposição de ficar doze horas discutindo sobre um assunto sobre o qual já fomos informados e discutimos amplamente. Esse é um sindicato só para sindicalista, porque quem não é sindicalista já treinado, não consegue participar”, criticou.

Mayra também apontou o principal problema de manter o Andes filiado à CSP. “A Conlutas tem adotado uma posição sectária diante dos grandes processos que vivemos nos últimos anos, por considerar que governos



de coalizão são uma traição aos reais interesses do proletariado, sem compreender que o mesmo não existe mais (se é que já existiu), enquanto categoria homogênea. Então aqueles que, como eu, são favoráveis a governos de coalizão, em virtude da sua maior capacidade de lidar com a natureza plural da sociedade, e que entendem que governos assim precisam de atores progressistas para movimentar essa coalizão em prol das categorias não hegemônicas, são a favor de uma central sindical e de um sindicato que estejam dispostos a cumprir a missão de participar dos processos políticos. Isso não fere a nossa autonomia. Pelo contrário, faz com que ela deixe de ser uma bandeira vazia e se

torne um instrumento de luta”, defendeu a professora.

Na avaliação da vice-presidente da AdUFRJ, a votação do Conad mostra que há espaço para a ampliação, dentro do Andes, de um grupo que abarque a pluralidade necessária para a atual conjuntura, especialmente considerando as eleições para o sindicato nacional, que acontecem no ano que vem. “O Renova tem potencial para abarcar essas visões mais plurais, uma chapa de coalizão que faça oposição à visão sectária da atual diretoria”, afirmou.

A professora da UFRJ Marinalva Oliveira, ex-presidente do Andes, defende a manutenção da filiação à CSP-Conlutas. “O neofascismo, a ultradireita estão na rua, nós vamos ter um governo que foi eleito, e temos que garantir a posse deste governo, e também garantir que esse governo atenda às reivindicações da Educação Superior, que nos últimos anos foi extremamente prejudicada com os cortes de recursos”, defendeu.

Para Marinalva, a unidade é importante neste momento. “Independente de como essa conjuntura se desenrolar até o Congresso de fevereiro, será um erro gravíssimo aprovar a desfiliação de uma central justamente no momento em que precisamos unificar. Não estou dizendo que não há erros no momento, mas precisamos corrigir, mas erros não justificam a desfiliação. Erros justificam fazer o debate pela base para fortalecer e corrigir os rumos”, disse a professora. Para ela, o debate central agora deve ser feito pela unidade em torno da recomposição do orçamento das universidades.

#OrgulhoDeSerUFRJ

Verbas do Conhecimento têm retrocesso de 15 anos

> Balanço do Observatório do Conhecimento revela que proposta do governo Bolsonaro para a área de Ciência, Tecnologia e Educação Superior consolida perdas de R\$ 129 bilhões desde 2014

LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

A proposta do governo Bolsonaro para o orçamento da Ciência, Tecnologia e Educação Superior para 2023 é equivalente à de 15 anos atrás. O dado faz parte do balanço do Orçamento do Conhecimento no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2023, divulgado na terça-feira (8), em entrevista coletiva que contou com a participação da professora Mayra Goulart, vice-presidente da AdUFRJ e coordenadora do Observatório do Conhecimento, do deputado federal Professor Israel Batista (PSB-DF), presidente da Frente Parlamentar da Educação, e da professora Andrea Stingham, vice-presidente da APUFPR. A proposta para 2023 regride ao montante orçado entre 2007 e 2008, em valores reais.

O balanço do PLOA é feito pelo Observatório do Conhecimento, que monitora o orçamento das universidades e institutos federais e de pesquisa no Brasil. O Orçamento do Conhecimento segue em queda desde 2015: em valores corrigidos pela inflação, ele passou de R\$ 40,7 bilhões em 2014, para R\$ 17,1 bilhão na PLOA 2023. Caso a proposta não receba emendas, as perdas do orçamento podem chegar a R\$ 129 bilhões no período entre 2014 e 2023.

“Há uma descontinuidade das políticas públicas, uma destruição não só por aquilo que é feito, mas por aquilo que não é feito, que não é subsidiado ou financiado”, disse a professora Mayra Goulart na coletiva. “Esse montante de quase R\$ 130 bilhões de desinvestimento explícita isso”, acrescentou. Ela afirmou ainda que o propósito do balanço da PLOA e do próprio Observatório do Conhecimento é oferecer insumos, como pesquisas ou peças de comunicação, para quem deseja atuar em defesa da Ciência, da Tecnologia e da universidade pública.

Mesmo com várias universidades e institutos federais funcionando no limite, diante do grave quadro de asfixia financeira imposto pelo governo Jair Bolsonaro, a proposta de orçamento para despesas discricionárias na PLOA 2023 é 15,64% menor do que o montante deste ano, uma queda de R\$ 1,58 bilhão.

Já o investimento em infraestrutura das instituições fica ainda mais prejudicado. A PLOA prevê que as universidades tenham apenas R\$ 350



KIM KATAGUIRI (ao centro) assumiu compromisso de lutar para recompor o Orçamento do Conhecimento



MAYRA dá dados do balanço ao relator do Orçamento, Marcelo Castro (centro), que apoiou as reivindicações

“Há um descontinuar das políticas públicas, uma destruição não só por aquilo que é feito, mas por aquilo que não é feito, não é subsidiado ou financiado”

MAYRA GOULART
Vice-presidente da AdUFRJ

milhões para execução de obras em 2023, uma queda de 44% em relação ao orçamento de 2022. Para dar uma dimensão do corte, em 2014 o orçamento de investimento foi de R\$ 4,86 bilhões.

“A Frente Parlamentar da Educação está junto com o Observatório neste trabalho de análise e recomposição do Orçamento do Conhecimento”, disse o deputado Professor Israel. “A Frente também está associada à Comissão de Educação, e vamos conversar com o presidente da Comissão e com o relator do orçamento para que haja a recomposição. Nosso pedido é muito razoável”, explicou o professor.

A reivindicação do Observatório é que o Orçamento do Conhecimento tenha na Lei Orçamentária de 2023 o mesmo valor real que o orçamento de 2019, de R\$ 25,3 bilhões. Isso significa um acréscimo de R\$ 8 bilhões, já que a PLOA 2023 prevê R\$ 17,1 bilhão para a Educação Superior e para a Ciência.

“Separamos as questões da Educação Básica, mas mostramos nossas necessidades, o que vai promover uma defesa mais precisa das universidades e da Ciência”

PAULO VIEIRA NETO
Presidente da APUFPR

do Observatório do Conhecimento, o deputado Professor Israel e a deputada federal eleita Ana Pimentel (PT-MG) tiveram uma reunião com o senador Marcelo Castro (MDB-PI), relator do Orçamento. Na conversa, Castro ouviu a reivindicação dos professores, e apoiou, mas reconheceu que não há espaço fiscal para a recomposição do Orçamento do Conhecimento no atual desenho do PLOA, tendo em vista o rombo fiscal deixado pelo governo Bolsonaro. Sua expectativa é que haja um acordo para a PEC da Transição, o que vai permitir o aumento do orçamento das universidades e da pesquisa.

O grupo também percorreu os gabinetes dos deputados que fazem parte da Comissão Mista de Orçamento, apresentando o Balanço do PLOA. “Foi importante a atuação, porque nosso balanço separou a pesquisa e a Educação Superior, o que ajuda os congressistas que atuam no Ensino Superior a argumentar”, explicou o professor Paulo Vieira Neto, presidente da APUFPR, uma das ADs que fazem parte do Observatório. “Separamos as questões da Educação Básica, mas mostramos nossas necessidades, o que vai promover uma defesa mais precisa das universidades e da Ciência”, avaliou o professor.

LUTA POR RECOMPOSIÇÃO

Em reunião no último dia 9 com o presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, Kim Kataguiri (União Brasil-SP), os professores receberam o compromisso do deputado de que ele lutaria pela recomposição do Orçamento do Conhecimento na discussão do PLOA 2023 no Congresso.

O encontro com o deputado Kim Kataguiri aconteceu durante um café da manhã da Comissão. O Observatório foi convidado pelo deputado Professor Israel Batista (PSB-DF), presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação. Na véspera (8), os professores

Pesquisa de mais de 20 anos conquista verbas para a UFRJ

> Trabalho desenvolvido desde 1998 por equipe liderada pela professora Tatiana Sampaio obtém recursos de R\$ 3 milhões para concluir estudos sobre droga capaz de reverter lesões na medula

IGOR VIEIRA
comunica@adufrrj.org.br

Uma pesquisa inovadora do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB) conseguiu R\$ 3 milhões para a UFRJ. A quantia representa um dos maiores investimentos já feitos por uma empresa na universidade. A farmacêutica nacional Cristália fez o investimento para o grupo coordenado pela professora Tatiana Sampaio completar os estudos sobre a polilaminina, uma droga capaz de reverter ou minimizar lesões na medula e recuperar movimentos do corpo em acidentados.

“Eles assinaram um contrato de cooperação, e sabiam que estavam entrando em um negócio com risco muito menor, pois a pesquisa já tinha passado pelo estudo clínico, que é o maior gargalo nestes casos”, explica a professora Tatiana Sampaio, em referência aos testes realizados com humanos.

Em tempos tão duros para a Ciência no país, o investimento é mais do que bem-vindo. A pesquisa, iniciada em 1998, contou com financiamentos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), mas sempre insuficientes. “O gasto do laboratório era de cerca de R\$ 200 mil por ano”, diz a docente.

Graças ao apoio da farmacêutica, a pesquisa chegou à prova final. Antes de ser comercializada, a polilaminina deverá passar pela aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. “Coletamos os dados e vamos fazer o pedido para o teste padrão, que demora cerca de um ano para ser respondido”, adianta Tatiana.

O chamado teste piloto, realizado na universidade, com pacientes de diversos hospitais de emergência do estado — principalmente o Hospital



TATIANA SAMPAIO é chefe do Laboratório de Biologia de Matriz Extracelular do ICB

Azevedo Lima, em Niterói, e o Hospital Souza Aguiar, no Rio — durou três anos. “Creio que, dessa vez, será mais rápido, pois cada paciente que recupera os movimentos é uma confirmação da eficácia da droga”, completa a pesquisadora.

Na Ciência, os prazos são dilatados por questões de segurança e verificação dos dados. Não à toa, Tatiana classifica o estudo da polilaminina como a “pesquisa de uma vida inteira”. De 1998 até 2004, o grupo focou apenas na molécula e na resposta celular; de 2004 até 2012, foram feitos os testes pré-clínicos em animais; em 2012, houve o pedido para o teste em humanos, que só começou em 2016. A Cristália entrou em cena em 2021 — o contrato de R\$ 3 milhões foi assinado ano passado, mas a divulgação e o repasse só ocorreram agora. “Foi um ressarcimento pretérito e financiamento futuro”, afirma Tatiana.

O dinheiro estava com a Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB), que analisou para onde iria cada parte, além de calcular os impostos e taxas: um terço para Tatiana e sua equipe; um terço para o ICB e um terço para a universidade.

ENGAJAMENTO

Quem também enxerga o trabalho com bastante orgulho é a bióloga Karla Menezes, que teve uma motivação pessoal para se engajar na pesquisa. “Eu me acidentei com 23 anos. Fraturei três vértebras lombares e fiquei com formigamento e sem sensibilidade em um acidente. Foi um milagre. Quebrei o pescoço em vários lugares, mas não tive dano neurológico”.

O acidente aconteceu oito meses antes da formatura no curso de Biologia, sua segunda graduação depois da Enfermagem. De imediato, decidiu que iria trabalhar com lesão medular e veio para o Rio de Janeiro para pesquisar com Tatiana Sampaio na UFRJ: “Sinto que nasci de novo. Foi uma imensa sorte”.

Karla se sentiu realizada com o segundo paciente do estudo

clínico, um jovem de 23 anos — a mesma idade que ela tinha quando se acidentou — que ficaria tetraplégico, e já tinha desistido da vida. Com a injeção, ele retomou os movimentos.

AMBIENTE DE INOVAÇÃO

Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa, a professora Denise Freire não tem dúvidas de que a política de inovação da universidade, instituída ano passado, facilitou o desfecho do trabalho da pesquisadora do ICB. A resolução nº 08/2021 trata de parcerias tecnológicas, licenciamentos, compartilhamento de instalações e prestação de serviços técnicos especializados — como a negociação do contrato com a farmacêutica, conduzida pela Agência de Inovação (agora Inova UFRJ) —, entre outros pontos. “Aprovamos a política de inovação no Consuni e agora estamos desenvolvendo regulamentações complementares, de modo a operacionalizar sua implementação”.

Na construção da política, o Parque Tecnológico, a incubadora de empresas, a incubadora social, a Agência UFRJ de Inovação (hoje Inova UFRJ) e os inovas dos Centros passaram a se articular mais. “Nossa premissa sempre foi trabalhar com o conceito abrangente de inovação, o que significa a incorporação de todas as áreas do saber, percorrendo diferentes tipos e funções possíveis que uma inovação pode trazer de benefício para a sociedade”, afirma Denise.

Para os próximos anos, a expectativa é por mais resultados. A Faperj aprovou o financiamento do Projeto Esteira de Inovação da UFRJ, que rendeu R\$ 4 milhões para a articulação do ecossistema de inovação da universidade.

Ao olhar para trás, a professora Tatiana Sampaio comemora os resultados de tanto esforço. “Começar desde a molécula, enfrentar os desafios no caminho, com grandes mudanças e perdas, até o estudo clínico, é algo que ninguém fez, pois não era um caminho certo”.

(colaborou Kelvin Melo)

DROGA PODE RESTAURAR MOVIMENTOS PERDIDOS

A equipe sintetizou em laboratório a polilaminina, um biofarmaco capaz de recompor a estrutura original da laminina, proteína existente no corpo humano. O segundo passo foi achar uma

função para a polilaminina e saber em que tipo de terapia ela poderia ser utilizada. O grupo descobriu que a droga era capaz de estimular a reconstrução espontânea da medula espinhal.

Pela primeira vez, chegou-se a uma droga sintética capaz de estimular um processo natural que estava bloqueado. Tatiana decidiu testar a droga em pacientes que sofreram le-

sões na medula, em acidentes de trânsito ou em quedas. A docente descobriu que a aplicação da polilaminina pode devolver o movimento perdido aos acidentados. Mas a administração

do medicamento deve ser feita em um período de até três dias a partir do dano. O retorno da mobilidade pode ser parcial ou total, dependendo do grau da lesão.